



PANDEMIA

Desafiado, Bolsonaro volta a atacar a Anvisa

Em resposta à dura carta do diretor do órgão, presidente afirma que não fez acusação de corrupção, mas levanta novamente dúvidas sobre as "segundas intenções" na liberação de vacina destinada a crianças de 5 a 11 anos

» JORGE VASCONCELLOS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou, ontem, a lançar dúvidas sobre a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de autorizar a vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a covid-19. Ele ressaltou, entretanto, que não tem a intenção de acusar o órgão regulador de envolvimento em corrupção. Bolsonaro falou à rádio Jovem Pan, quando repetiu os questionamentos que havia feito na semana passada e que levaram o diretor-presidente da Anvisa, **Antonio Barra Torres**, a desafiá-lo, por meio de uma nota, a apontar indícios de corrupção na agência.

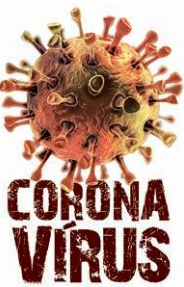
"Repito: o que está por trás, quais as segundas intenções, quais outras intenções da Anvisa? Não houve, da minha parte, nenhuma acusação, a palavra corrupção não saiu em nenhum momento, e ele (Barra Torres) resolveu fazer uma nota bastante agressiva", disse o chefe do governo.

O mais novo atrito entre Bolsonaro e a Anvisa começou na quinta-feira, quando o presidente questionou, durante uma entrevista, "o que está por trás" da decisão da agência sobre a vacinação infantil. Na ocasião, ele também chamou os defensores da imunização de crianças de "tarados por vacinas".

No sábado, Barra Torres divulgou uma dura nota rebatendo as declarações de Bolsonaro. "Se o senhor dispõe de informações que levantem o menor indício de corrupção sobre este brasileiro, não perca tempo nem prevarique, senhor presidente. Determine imediatamente investigação policial sobre a minha pessoa, aliás, sobre qualquer um que trabalhe hoje na Anvisa, que, com orgulho, eu tenho o privilégio de integrar", disse o chefe da Anvisa, no comunicado.

O presidente da Anvisa, que é contra-almirante, acrescentou: "Agora, se o senhor não possui tais informações ou indícios, exerça a grandeza que o seu cargo demanda e, pelo Deus que o senhor tanto cita, se retrate. Estamos combatendo o mesmo inimigo, e ainda há muita guerra pela frente".

Na entrevista de ontem, Bolsonaro, mesmo negando ter feito acusações contra a Anvisa, voltou a associar o órgão a irregularidades. "Eu deixo claro: em novembro, a Polícia Federal foi à casa de diretores antigos da Anvisa. Então, nenhum órgão está livre de



Sem risco de demissão

Apesar do embate público, o presidente Jair Bolsonaro (PL) não pode demitir o diretor da Anvisa, Antonio Barra Torres. Ele tem mandato garantido até 2025. A Lei das Agências Reguladoras, de 2019, determina que o titular do órgão seja nomeado pelo chefe do Executivo para cumprir mandato de cinco anos, sem possibilidade de recondução. Barra Torres foi indicado por Bolsonaro em janeiro de 2020 e aprovado pelo Senado em outubro do mesmo ano.

corrupção. Agora, eu não acusei a Anvisa de corrupção. Eu perguntei o que está por trás dessa gana, dessa sanha vacinatória, até porque eu, governo federal, compramos, até o momento, em torno de 400 milhões de doses de vacina", afirmou o titular do Planalto.

O presidente também lembrou ter partido dele a indicação do nome de Barra Torres para a Anvisa e frisou que, após a nomeação no cargo, o contra-almirante "ganhou luz própria". Bolsonaro também disse reconhecer que a agência "não sofre interferência, é um órgão independente", mas que "o trabalho poderia ser diferente".

Ele voltou a questionar os números do próprio Ministério da Saúde, que apontam para a ocorrência de mais de 300 mortes de crianças por covid-19 no Brasil.

Destacou ter conversado sobre esse assunto com o diretor-presidente da Anvisa.

"Hoje (ontem), eu tive contato aí com um blog lá do Rio Grande do Sul, onde ele pegava dados do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) americana, e, no Rio Grande do Sul, durante o ano de 20 e parte de 21, não morreu nenhuma criança de 5 a 9 anos", afirmou o presidente. "E eu questionei ele (Torres) no tocante por que liberar isso aí daí, daquela forma, sem jogar pesado na própria bula da Anvisa que falava das circunstâncias de efeitos colaterais. Inclusive, a própria Pfizer fala que alguns efeitos colaterais, teremos conhecimento em 22, 23, 24 e 25. A conversa foi nesse sentido."

General

Enquanto respondeu a Barra Torres, Bolsonaro, desistiu de pressionar o comandante do Exército, general Paulo Sérgio

Alan Santos/PR



Bolsonaro: "Não houve, da minha parte, nenhuma acusação (...), e ele resolveu fazer uma nota bastante agressiva"



O que está por trás, quais as segundas intenções, quais outras intenções da Anvisa?"

Jair Bolsonaro,

presidente da República

Nogueira de Oliveira, a recuar da recomendação para que a tropa se vacine contra a covid-19.

Na semana passada, Paulo Sérgio instruiu os integrantes da Força a retornarem ao trabalho presencial somente 15 dias depois de tomarem a segunda dose da vacina contra a covid-19.

A orientação do Exército, direcionada à tropa na semana passada, irritou o presidente, o que levou o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, a se reunir com os comandantes das Forças Armadas para discutir o assunto. O Exército chegou a cogitar a divulgação de uma nota de

esclarecimento, mas essa possibilidade acabou não se concretizando.

No sábado, Bolsonaro disse que tinha se encontrado com o general Paulo Sérgio e que estava "tudo resolvido". "Na verdade, (a recomendação de vacinação) não foi do Exército, foi da Defesa (o ministério). Dava dúvida na questão de exigir ou não a vacina", disse o presidente, durante a festa de aniversário do advogado-geral da União, Bruno Bianco, em Brasília. "Não há exigência nenhuma. Eu sou democrata. Já tive notícias... Duas estatais que queriam já aplicar sanções em servidores que não fossem vacinados. Aí é simples", emendou.

Ele também negou que tenha pedido alterações no documento divulgado pelo Exército com a recomendação de vacinação. "Não tem mudança. Pode esclarecer. Hoje, tomei café com o comandante do Exército. Se ele quiser esclarecer, tudo bem, se ele não quiser, tá resolvido, não tenho que dar satisfação para ninguém de um ato como isso daí. É uma questão de interpretação", afirmou.

Memória

Ex-alinhado do bolsonarismo

No início da pandemia do novo coronavírus, o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, estava alinhado a posições bolsonaristas. Ele chegou a participar, sem máscara, de um ato antidemocrático, que pregava o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Um ano depois, em maio de 2021, o almirante disse à CPI da Covid se arrepender do episódio. afirmou, ainda, que as críticas do presidente Jair Bolsonaro às vacinas iam "contra o que preconiza a ciência". "Destarte a amizade que tenho pelo presidente, a conduta dele difere da minha", frisou. Antes de ser efetivado na

Anvisa, o militar servia ao Planalto como uma espécie de contraponto ao então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e chegou a minimizar, no Congresso, a gravidade da pandemia. "É importante citar todo o esforço que há para que não se dissemine o pânico", disse aos parlamentares. Poucos dias depois, infectados e mortos por covid-19 no país aumentaram exponencialmente. Sete meses depois, o Senado confirmou a indicação do militar para comandar a agência reguladora. Sem a possibilidade de ser demitido, por exercer mandato de cinco anos, Barra Torres passou a se distanciar do presidente e a defender a "autonomia da agência".

Ministério da Saúde na contramão do chefe

» RAPHAEL FELICE

Na contramão do que defende o presidente Jair Bolsonaro, o Ministério da Saúde abriu uma megalicitação para a contratação de quatro empresas que vão cuidar das campanhas da pasta sobre diversos temas, como vacinação. Uma das metas destacadas no edital — com previsão de pagar um total de R\$ 215 milhões para as vencedoras do certame — é tentar reverter o impacto das fake news sobre imunizantes, cujo alcance vem caindo nos últimos anos.

Entre os tópicos elencados no documento, o que trata dos "Desafios de Comunicação" destaca desinformação e notícias falsas como pontos de alarme a serem enfrentados. Em subtópico seguinte, versando sobre "Motivos das Quedas Vacinais", estão enfatizados "movimento antivacina e fake news", que mencionam eventos adversos relacionados aos imunizantes e colocam em dúvida a qualidade e a eficácia das vacinas.

O edital ressalta que o Ministério da Saúde quer manter

a campanha lançada em 2019, chamada "Vacina Brasil". Segundo o documento, o objetivo é reforçar a preocupação com a imunização. Por isso, a pasta demanda "uma série de ações integradas entre diversos órgãos públicos e a empresa (a ser contratada pelo certame) para conscientizar a população da importância da vacinação e desmistificar a campanha de fake news contra as vacinas". "Seguimos em um grande esforço conjunto para reafirmarmos um pacto sobre vacina neste país", acrescenta.

Resistência

A iniciativa do Ministério da Saúde vai de encontro ao posicionamento de Bolsonaro, crítico ferrenho, por exemplo, da vacinação contra a covid-19, especialmente de crianças. Por ações e declarações, o presidente tentado demover a população a se vacinar, disseminando fake news sobre imunizantes e pregando o uso de medicamentos sem eficácia comprovada no combate ao vírus.

No episódio mais recente, Bolsonaro atacou a Agência

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ao questionar os motivos pelos quais o órgão autorizou a vacinação de crianças de 5 a 11 anos.

O próprio ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, tem trabalhado contra a imunização de crianças, num agrado ao chefe. Os dois criaram uma série de obstáculos para iniciar a vacinação de meninas e meninos, autorizada pela Anvisa desde 16 de dezembro.

Leia mais sobre vacinação de crianças na página 6

» Pedido por autoteste

O Ministério da Saúde concluiu que o autoteste para diagnóstico de covid-19 pode ser uma "importante ferramenta de apoio" na contenção do vírus e pedirá à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que avalie o tema. O secretário-executivo da pasta, Rodrigo Cruz, disse que a pasta enviará à agência uma nota técnica sobre o assunto solicitando a avaliação. Ao contrário de outros países, por determinação da Anvisa, no Brasil não é permitido a venda de exames de antígeno a serem feitos em casa.